



**FERRAMENTA PARA
ANÁLISE DAS OPORTUNIDADES DE EDUCAÇÃO** **ioeb**

FICHA TÉCNICA

Projeto Editorial

Comunidade Educativa CEDAC

Diretora presidente

Tereza Perez

Diretoria executiva

Roberta Panico

Patricia Diaz

Ricardo Vilela

Organização editorial

Roberta Panico

Coordenação editorial

Renata Grinfeld

Produção de texto

Angela Luiz Lopes

Camila Fattori

Colaboração técnica

Ana Lima/ Conhecimento Social

Marcus Costa/ Resultaat

Revisão de texto

Sayuri Dezerto

Projeto gráfico e diagramação

Luana Haddad



APRESENTAÇÃO DO MATERIAL **4**

OPORTUNIDADES DE EDUCAÇÃO **6**

ORIENTAÇÕES PARA A ANÁLISE DAS OPORTUNIDADES DE EDUCAÇÃO NO SEU TERRITÓRIO **10**

Momento 1 da análise - compreendendo o índice de oportunidades da educação brasileira - loeb **14**

Momento 2 da análise - orientações para análise de outros indicadores relacionados às oportunidades de educação **19**

3 | ORIENTAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO COM FOCO NAS OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS **22**

PARA FINALIZAR **25**

ANEXO 1 - Lista de indicadores educacionais que podem ser analisados em diálogo com o loeb **26**

ANEXO 2 - Conceitos para embasar as reflexões **28**

ANEXO 3 - Dimensões e indicadores do formulário **35**

ANEXO 4 - Plano de Ação Modelo **42**

APRESENTAÇÃO DO MATERIAL

O **Ioeb** (Índice de Oportunidades da Educação Brasileira) engloba toda a educação básica – da educação infantil ao ensino médio – de todas as redes de ensino existentes no território (município, estado ou Distrito Federal), e considera todos os moradores locais em idade escolar, não apenas os que estão efetivamente na escola.

O **Ioeb** é formado a partir da relação de um conjunto de fatores educacionais e sua análise é global, de forma que nenhum deles, se interpretado isoladamente, configurará necessariamente na melhoria de oportunidades de educação. É o seu conjunto e a sua complexidade que indicam direcionadores sensíveis, como pistas para a melhoria em relação às oportunidades de educação no território. Os fatores estão divididos em dois grupos: *insumos educacionais*, ou seja, variáveis essenciais da gestão da rede de ensino, e *resultados educacionais*, sejam eles de atendimento, de aprendizado ou de aproveitamento escolar. Conheça mais sobre o índice em: <https://ioeb.org.br/ioeb/>.

A Comunidade Educativa CEDAC, desde 2018, faz a gestão do **Ioeb**, divulgando e disseminando estudos e análises desse índice como indicador relevante para

a indução da melhoria da qualidade da educação. A CE CEDAC tem longa experiência na formação de profissionais de educação e na utilização de indicadores em seus processos formativos. Contudo, sabemos que os índices representam, inicialmente, apenas um dado e que há um caminho necessário para que se transformem em sinalizadores para a tomada de decisão e potenciais intervenções.

Em relação ao **Ioeb**, sabemos que nos dá pistas para refletir sobre as condições oferecidas no território para a educação de crianças e jovens. Trata-se de um indicador complexo, pois o conceito de oportunidade educacional é bastante amplo e contextualizado a cada indivíduo e território, envolvendo diferentes fatores da vida pessoal, familiar e pública. Por essa complexidade, pensamos na importância de oferecer um guia às pessoas e instituições que queiram, a partir do resultado do **Ioeb** em sua localidade, avançar e mobilizar diferentes atores, setores e instituições na análise, decisão, planejamento e execução de condições para a melhoria das oportunidades educacionais locais. Em nossas experiências formativas, verificamos como é importante ter um material que oriente esse caminho e é nessa direção que surge esta Ferramenta composta por este documento de orientação e um arquivo de excel para subsidiar a análise a partir da avaliação participativa.



5 |

Este material ajudará a preparar em sua localidade a organização de um comitê que fará a análise das oportunidades educacionais no território. Além disso, trará referências para cada etapa, desde a constituição do próprio comitê, passando pelo entendimento do índice e dos indicadores relacionados e, por fim, orientando a elaboração de um plano de ação compartilhado para a melhoria das oportunidades educacionais. Há aqui um desafio importante: utilizar o índice como ponto de partida, e não como ponto final. A Ferramenta visa, portanto, apoiar a análise do contexto e contribuir para ampliar a compreensão sobre oportunidades educacionais em cada localidade, para além dos fatores (subindicadores) que compõem o **loeb**, com o propósito de gerar intervenções transformadoras dessa realidade.

Sabemos que gerar, manter e ampliar as oportunidades de educação em determinado município, grupo de municípios e/ou estado são tarefas complexas e é preciso envolvimento de todos os setores da sociedade além do setor da educação (famílias, organizações sociais, gestão pública etc.). Nesse sentido, o **loeb** pode se somar a outros indicadores e subsidiar boas conversas, disparando discussões que mobilizarão os diferentes atores em torno desta mesma causa: oferecer oportunidades para que todas as crianças e jovens tenham trajetórias de sucesso escolar!



OPORTUNIDADES DE **EDUCAÇÃO**

O que foi oportunidade de educação para você?

É com esta pergunta que precisamos iniciar a nossa reflexão pessoal e coletiva para começarmos a pensar sobre o **loeb**. Então, pare um segundo e tente responder: na sua vida, o que foi oportunidade de educação para você? A resposta a esta pergunta será importante para você seguir e compreender o restante deste material.

Temos ouvido [depoimentos muito interessantes](#) que revelam que a oportunidade de educação pode vir de diferentes atores e instâncias sociais:

6 | *“A oportunidade que eu tive foi estudar numa boa escola pública. A minha vida inteira estudei em escola pública e depois eu tive uma oportunidade de seguir meus estudos na universidade com toda a base que eu tive na escola pública. E hoje, eu sou secretária de educação porque eu acredito na escola pública e que, através dela, a gente consegue dar oportunidades para esses jovens seguirem suas carreiras.”*



Márcia Aparecida Bernardes - Secretária de Educação de Atibaia (SP)

“Acesso a livros! Foi uma grande coisa que eu recebi da minha família. A leitura me encantou, me deu acesso para o mundo. Minha casa tinha uma parede lotada de livros e meu pai, com uma sabedoria tão grande, não leu 90% daquelas publicações, mas fazia questão de ter livros e estimular os cinco filhos a lerem.”



Cristina Berthoud - Secretária de Educação de Tremembé (SP)

“Quando eu era criança, eu participei dos movimentos sociais da igreja, eu era da Pastoral da Juventude. E, já que éramos de famílias que não ofereciam apoio em educação porque eles não tiveram acesso a oportunidades, entre os jovens, um incentivava o outro: o que a gente podia ser, fazer, o que era a dificuldade que precisávamos superar. E ali, por estarmos juntos, conseguimos desenhar caminhos diferentes para hoje nos tornarmos jornalistas, professores, entre outras profissões.”



Marcelo Ferreira da Costa - Secretário Municipal de Educação e Esporte em Goiânia (GO)

Um(a) professor(a) muito bom(boa) que acreditou no potencial de um(a) aluno(a); uma creche construída a partir da luta de um movimento de mães/pais/responsáveis; a estante de livros disponível na sala, ainda que os pais fossem analfabetos; o(a) tio(a) que recebeu o(a) sobrinho(a) em casa para que ele(a) pudesse ir à escola; o cursinho universitário da igreja, a faculdade pública... esses e tantos outros elementos, anos depois, puderam ser lembrados como oportunidades educacionais.

Ouvir e reconhecer essas histórias individuais ajuda a compreender o que foi oportunidade educacional para cada pessoa e torna-se evidente a educação integral, pois se aprende no esforço de toda a sociedade: famílias, clubes, igrejas... Contudo, para favorecer direitos de aprendizagens, precisaremos considerar o passado, agindo no presente com vistas ao futuro, de forma estratégica e integrada entre os diferentes setores da sociedade, contando principalmente com políticas públicas adequadas. Há que se promover um senso coletivo sobre a necessidade de gerar oportunidades educacionais para todos e todas e, principalmente, para quem mais precisa, com foco na equidade. Tereza Perez, diretora da **Comunidade Educativa CEDAC**, pondera sobre isso ao dizer que:

A oportunidade não pode ser só uma questão de sorte individual. O Estado tem a obrigação de gerar oportunidades para todos e todas, e por isso a relevância desse índice. Como fazer que todas as crianças e jovens tenham a “sorte” de ter governantes que geram condições para o sucesso escolar, para o vínculo e o desejo de aprender sempre? Isso é direito à educação!

Segundo o dicionário Houaiss¹, oportunidade é “*circunstância favorável para que alguma coisa aconteça; ensejo; situação que convém ou é apropriada para; circunstância oportuna.*” As definições nos ajudam a compreender as oportunidades educacionais como um conjunto de condições que podem e precisam ser garantidas, pois a educação é um direito assegurado pela Constituição Federal. Sua efetivação é resultado do trabalho articulado entre diferentes setores e agentes sociais, com impactos de fatores familiares, socioeconômicos e políticos. Assim, além do engajamento da gestão educacional, é também necessária a mobilização de toda a sociedade em prol da melhoria das oportunidades educacionais para o sucesso escolar, entendido aqui como a aprendizagem de todas e todos os estudantes de um território.

Origem da palavra oportunidade

Do latim *opportunitas* <*opportúnus*. Vem da união do prefixo *ob-*, “em direção a”, e da palavra *portus*, “porto de mar”. Originalmente a palavra era usada apenas para representar os ventos mediterrâneos que colaboravam para os barcos à vela partirem de, ou chegarem a um determinado porto. Os ventos eram “oportunos” ou “inoportunos” a uma determinada intenção. Na próxima vez que for usar a expressão “aproveitar a oportunidade”, avalie bem todos os ventos metafóricos que sopram a favor e contra, para entender o vetorial da situação e compreender para onde, efetivamente, sopram os ventos resultantes. (Dicionário etimológico.

Disponível em: <<https://www.dicionarioetimologico.com.br/oportunidade/>>. Acesso em: 08/09/2020.

Para Tereza Perez e Roberta Panico, diretoras da Comunidade Educativa CEDAC, *as oportunidades em educação são disparadoras de possibilidades, trazem em si o potencial de abrir caminhos, de gerar o desejo dos cidadãos de aprenderem e se desenvolverem*. Elas afirmam que, *quando observamos a situação dos territórios brasileiros, vemos que as melhores oportunidades em educação estão onde o desejo em gerar condições para a melhoria da qualidade da Educação se expressa por meio de políticas públicas com foco na aprendizagem*². Assim, em outras palavras, o índice busca captar que diferença faz para um indivíduo nascer em uma cidade ou outra do Brasil, no estado ou na região X ou Y, do ponto de vista das oportunidades oferecidas para que seus direitos de aprendizagem sejam assegurados.

Ao considerar em seu cálculo o desempenho e o comportamento de todas as redes educacionais do território (estadual,

1. HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.

2. Revista Colaboração Regime de Colaboração na Educação - Ano 2, n 4, dez 2019. Disponível em: <https://ioeb.org.br/o-que-e-oportunidade-de-educacao-no-brasil>. Último acesso em: 24/10/2020.

municipal e rede privada) e de todos(as) os(as) cidadãos(ãs) em idade escolar, o **Ioeb** dá visibilidade às crianças e adolescentes que deveriam estar na escola e não estão, responsabilizando de forma inédita municípios e estados por todas as crianças e adolescentes que vivem naquela localidade. Essa abordagem estatística pode favorecer as discussões e ações conjuntas de governantes, gestores(as) públicos(as) e sociedade em prol da melhoria da qualidade da educação nos municípios e estados. Reynaldo Fernandes e Fabiana de Felício³, criadores desse índice, assinalam que:

*Nosso sistema de responsabilização educacional tem sido voltado para escolas e redes de ensino, enquanto a ênfase deveria ser para estados e municípios. [...] O desempenho dos(as) estudantes não é uma medida direta do trabalho direto dos sistemas educacionais, das escolas e de seus(suas) professores(as). O desempenho dos(as) estudantes incorpora, além dos esforços das escolas e sistemas educacionais, influências advindas da família, dos(as) amigos(as) e das habilidades inatas dos(as) estudantes. Tentar identificar, nos indicadores de resultados educacionais, a parcela que advém do trabalho do sistema educacional (escola ou professor/a) tem sido a base dos Modelos de Valor Adicional (Value-Added Models - VAM). O **Ioeb** surgiu com o objetivo de ser um indicador complementar ao sistema brasileiro de avaliação educacional, e seu principal objetivo foi o de contribuir para superar as deficiências do sistema destacadas acima. Suas principais características são: (i) considerar toda a trajetória escolar dos(as) estudantes; (ii) ser uma medida de valor adicionado; (iii) focar o território; e (iv) ser um indicador para toda a Educação pré-universitária, por isso se torna um indicador de grande relevância para o trabalho em Regime de Colaboração.*

Considerando todas essas reflexões e implicações do conceito de oportunidades educacionais, e o quanto ainda precisamos avançar como nação em assegurar equidade na oferta dessas oportunidades, convidamos grupos locais a desenvolverem o estudo ampliado de indicadores que é proposto nesta ferramenta.

3. FERNANDES, Reynaldo; FELÍCIO, Fabiana. O Sistema Brasileiro de Avaliação Educacional e o Índice de Oportunidades da Educação Brasileira - Ioeb. Revista Colaboração. Ano 2, no 4. Dez/2019. Disponível em: <https://ioeb.org.br/o-sistema-brasileiro-de-avaliacao-educacional-e-o-ioeb/>. Último acesso em: 24/10/2020.

ORIENTAÇÕES PARA A ANÁLISE DAS **OPORTUNIDADES DE EDUCAÇÃO** NO SEU TERRITÓRIO

A discussão a partir do **loeb** pode favorecer a mobilização social pela educação, bem como o regime de colaboração entre estado e municípios e entre municípios. Considerando este potencial, sugerimos aqui algumas etapas e condutas que podem favorecer a reflexão sobre as oportunidades de educação em sua localidade:

ETAPAS:

COMPONHA UM COMITÊ PARA A ANÁLISE DAS OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS EM SUA LOCALIDADE



PLANEJE COM O COMITÊ COMO SE DARÁ O TRABALHO



ANALISE AS OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS E PLANEJE AÇÕES PARA MELHORIA



OUÇA, REFLITA, REGISTRE E COMPARTILHE

1. Componha um comitê para a análise das oportunidades educacionais em sua localidade: é recomendável a participação de outras pessoas, para além dos(as) profissionais da área de educação. Isto é importante porque quando falamos de oportunidades educacionais abordamos um tema amplo que envolve muitos setores da sociedade. Assim, quanto maior a diversidade de atores nesse grupo, maior a possibilidade de aporte de experiências e repertórios à discussão, ampliando as hipóteses e as potenciais ações de melhoria dessas oportunidades. Caso não seja possível reunir todas as pessoas no comitê, os encontros com lideranças e outros grupos poderão acontecer e o(a) responsável poderá consolidar as informações e análises em um documento a ser compartilhado com todos(as) os(as) participantes.



- 2. Planeje com o comitê como se dará o trabalho:** Para que as pessoas que participarão do grupo efetivamente se engajem, é importante que a facilitação conduza a um processo participativo (veja no Anexo 2 o conceito de Graus de Participação). Algumas perguntas podem apoiar o planejamento:
- Quantos encontros serão? De qual duração?
 - Quem facilitará as discussões? Quem registrará? Esses serão papéis fixos ou poderá haver um rodízio de funções?
 - Todo o grupo estará sempre junto ou serão formados subgrupos de trabalho?

Cuide para que o convite seja um facilitador para a adesão, de forma que o objetivo do comitê e a relevância da participação fiquem explícitos. A viabilidade do horário e do acesso ao local físico ou plataforma virtual do encontro também podem ser chave para adesão. No caso de encontros virtuais, certifique-se de que todos(as) possam compreender como acessar e a quem solicitar apoio no caso de problemas. Elabore uma pauta que permita aos(as) participantes compreenderem o conceito das oportunidades educacionais e do índice (**loeb**) e, portanto, a importância de sua participação na análise.

- Há necessidade de chamar mais pessoas no intuito de garantir a diversidade?
- Os encontros serão físicos, virtuais ou serão alternados nessas modalidades?
- Qual espaço e recursos são necessários?

Como o que se deseja é um planejamento participativo, no caso de encontros presenciais, a disposição da sala deve favorecer a troca e participação de todos(as). Formatos das cadeiras em círculo ou “U” são os mais comuns para isso. Avalie se mostrarão os resultados impressos ou se um projetor será necessário. A depender da estratégia, outros materiais como canetões, flip chart, post its poderão ser de grande utilidade. Por fim, sempre que possível, o cuidado com a climatização da sala e um café é muito bem-vindo. Já nos encontros virtuais será preciso cuidar para estabelecer um clima agradável e que inspire o grupo a participar através de uma boa mediação que favoreça os turnos de fala e ferramentas digitais colaborativas⁴.

3. Analise as oportunidades educacionais e planeje ações para melhoria: estratégias possíveis para refletir com os(as) participantes do Comitê sobre os indicadores que podem revelar as oportunidades educacionais no território:

Opção 1

Expor os indicadores (Anexo 3) e já discutir com o grupo as hipóteses e potenciais ações.

Opção 2

Dividir os(as) participantes em subgrupos de forma que cada subgrupo analise uma parte dos indicadores (Anexo 3), levantando ações. Cada subgrupo socializa as discussões.

Para estas e outras estratégias recomendamos que o primeiro movimento do grupo seja no sentido de analisar cada indicador, classificá-lo a partir das hipóteses e pensar em potenciais ações de forma mais livre. O movimento de



4. São exemplos de ferramentas digitais que favorecem o trabalho colaborativo: Padlet, Mindomo, Mindmeister, Google Docs.

levantar possibilidades sem amarras favorece a construção criativa e colaborativa. Assim, é possível primeiro fazer um levantamento mais amplo e, apenas em um segundo momento, retornar à essa lista para fazer análises, escolhas e priorizações. Vale lembrar que contarão com o modelo de Plano de Ação que poderá apoiar este momento (Anexo 4).

4. Ouça, reflita, registre e compartilhe: Ao longo da análise e da posterior elaboração do plano de ação, é importante que o(a) facilitador(a) promova o rodízio de falas, de forma que todos(as) possam expor suas ideias e opiniões, mediando conflitos se necessário. Tanto nos espaços presenciais quanto nos virtuais, é possível recorrer à estratégia de discussão em subgrupos em alguns momentos, com posterior socialização para o grupo todo. O registro das discussões poderá contribuir no percurso como memória e também fomentar a tomada de decisão posterior. Além de definir quem pode registrar, é possível recorrer a estratégias em que os(as) participantes, antes de socializarem, registrem suas ideias em tarjetas, folhas, cartazes ou em ferramentas digitais colaborativas. Lembre-se também de garantir fotos e vídeos dos encontros, além de depoimentos e, se possível, divulgue o processo que está ocorrendo, a fim de que mais pessoas possam se engajar.

A análise sobre as oportunidades educacionais se dividirá em dois momentos:

Momento 1 . Compreensão do Índice **loeb**: verificar o valor do **loeb** do território, em comparação com o índice Nacional e Estadual, a evolução na série histórica e o detalhamento de insumos e resultados, disponíveis no site <https://loeb.org.br/>. Nesse site, na página do seu município, há breves explicações sobre a situação das oportunidades educacionais na sua localidade, verificando se ela está classificada como crítica, em atenção, em desenvolvimento ou otimizada. No próximo capítulo incluímos um exemplo dessa análise.



Momento 2. Análise de outros indicadores relacionados às oportunidades de educação: este material traz uma listagem de outros indicadores educacionais para análise conjunta, a fim de que a questão das oportunidades educacionais seja destrinchada e ampliada com novos subsídios para a composição desse cenário.

Compreenda melhor como conduzir essa análise por meio do caso a seguir.



MOMENTO 1 DA ANÁLISE - COMPREENDENDO O ÍNDICE DE OPORTUNIDADES DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA - **loeb**

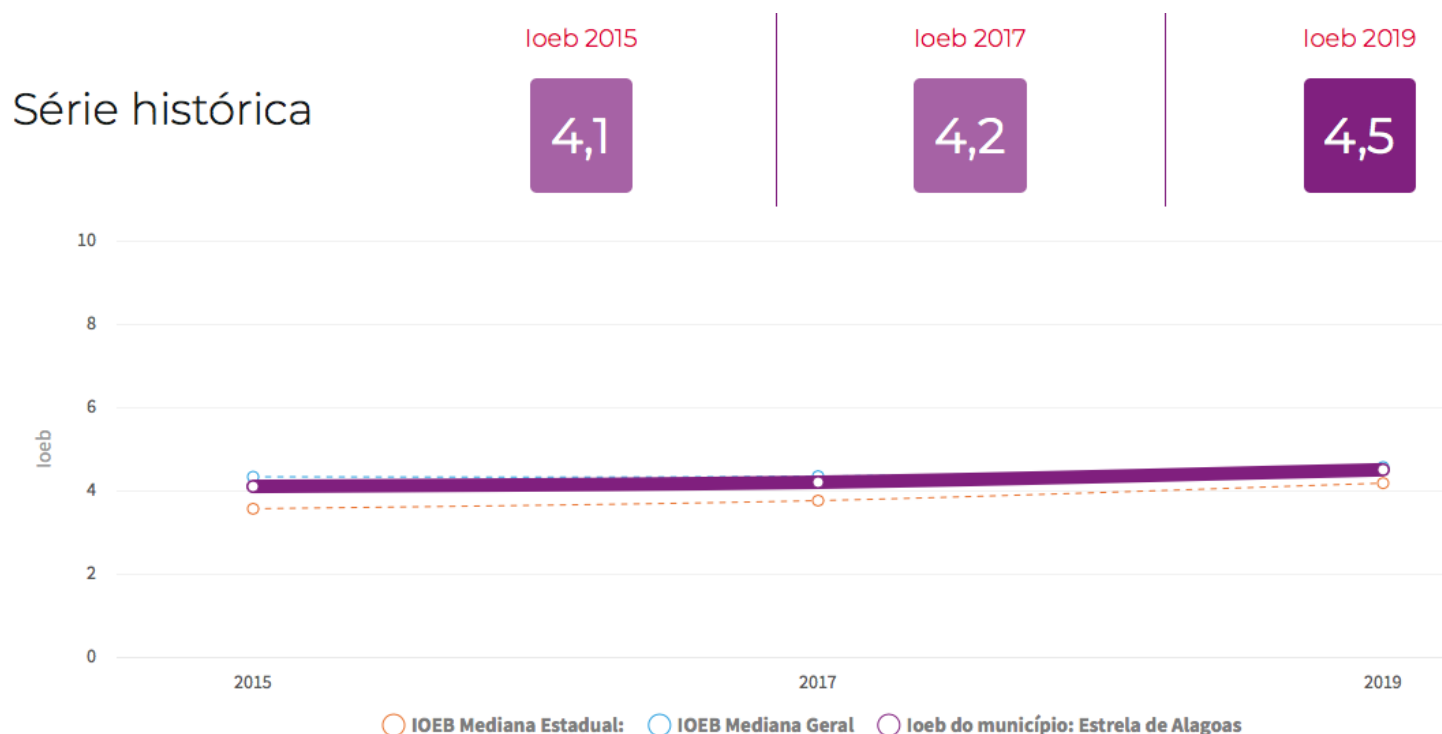
- 14 |** Após todas essas orientações para o aprofundamento da análise das oportunidades educacionais no território, apresentamos a seguir um estudo de caso para ilustrar os encaminhamentos sugeridos neste material.

Para iniciar a análise do seu município, considere:

Considerando a mediana o valor que divide ao meio uma sequência de valores organizados em ordem crescente ou decrescente de todos os municípios com **loeb**, o índice em seu município está acima ou abaixo da mediana estadual? Está acima ou abaixo da mediana nacional? Compreender a mediana permitirá reconhecer a distância entre o valor do município e o do estado e, quanto maior a distância, maiores as desigualdades de oportunidades, e vice-versa: quanto menor a distância, menores as desigualdades. Que hipóteses você levanta para essas relações?

Em relação aos municípios próximos ou com condições semelhantes às suas, que análises podem ser feitas?

Considere os seguintes resultados do Município X, disponíveis no site loeb.org.br:



Para compreender o que significa ter 4,5 como pontuação, é importante estabelecermos algumas referências. A primeira delas é que o **loeb** tem como valores mínimo 0 e máximo 10. Em seguida, é preciso considerar a análise desse resultado geral da localidade (4,5) em relação às medianas do estado (4,2) e a nacional (4,7). Podemos perceber que o **loeb** do município está perto das medianas estadual e nacional, o que, por um lado, revela que não há uma distância tão grande entre as oportunidades locais e desses outros níveis. No entanto, é importante considerar que as medianas estadual e nacional não são altas, tendo em vista um valor máximo de 10. Assim, se estar perto das medianas estadual e nacional revela que a questão das oportunidades está no mesmo nível, isso não necessariamente deve ser visto como uma posição confortável. Portanto, a pontuação 4,5 do município em análise mostra que ainda há muito a ser feito para a oferta de melhores oportunidades educacionais no território. Vale lembrar que, neste resultado, considera-se escolas estaduais, municipais e particulares, bem como o acesso à educação infantil até matrículas no ensino médio – o que contempla também as crianças e adolescentes que deveriam estar na escola e não estão – e mostra, portanto, baixas oportunidades a todos(as) os(as) estudantes ao longo da educação básica.

Para ampliar a análise, no site há um gráfico com os valores da série histórica do município nas edições de 2015, 2017 e 2019.

Considere agora os resultados da série histórica representados acima:

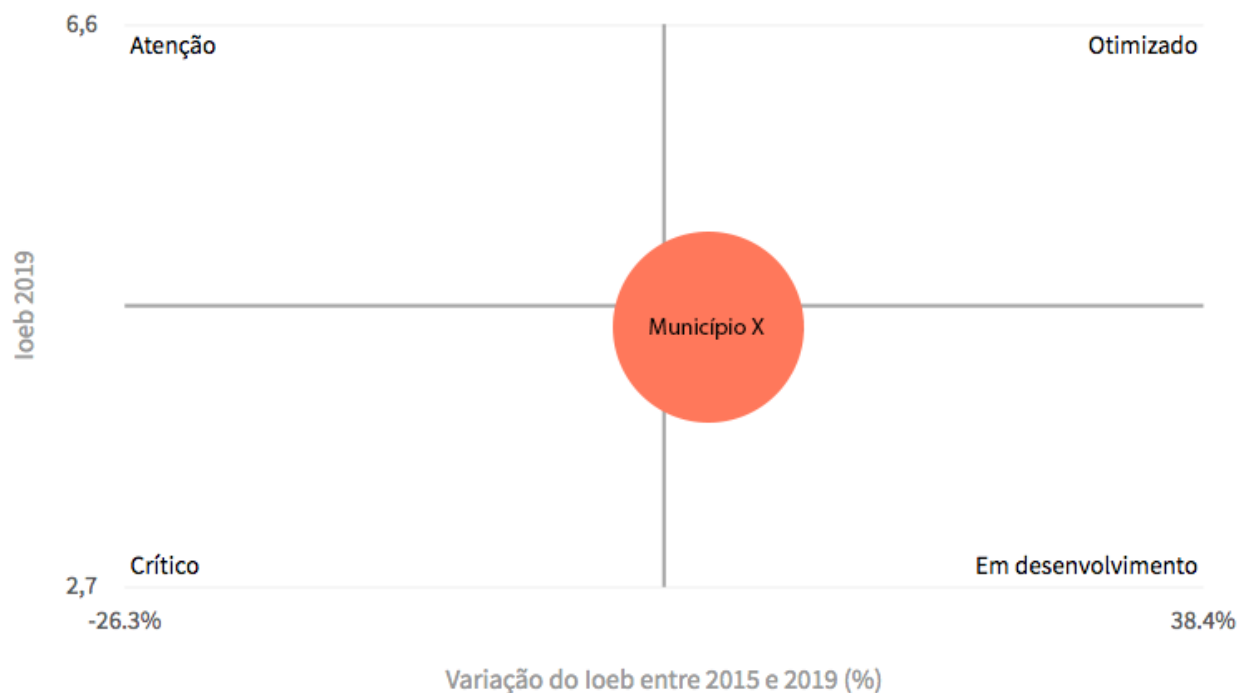
Houve avanços no índice ao longo das 3 edições?

Se houve, quais hipóteses você teria sobre as políticas ou programas realizados que poderiam justificar os avanços?

Se não houve, quais desafios podem explicar a estagnação ou o recuo no índice?

Note que pela série histórica do município em análise é possível verificar poucos avanços nas oportunidades educacionais nessa localidade entre 2015 e 2017, e um avanço mais significativo em 2019, com os valores respectivos de 4,1, 4,2 e 4,5. Por um lado, podemos compreender que não tivemos retrocessos nos valores, o que é positivo. Há ritmo de crescimento entre as duas últimas aferições, o que é bastante interessante. Contudo, ainda parece haver espaço para ampliação das oportunidades educacionais a partir de políticas mais estruturadas, contínuas e conjuntas voltadas para isso.

A fim de permitir uma análise comparativa entre localidades, o site apresenta a posição do município em quadrantes, que definem a situação das oportunidades na sua localidade, conforme pode ser visto no diagrama abaixo:



A análise do quadrante é realizada mediante o comportamento das oportunidades, revelando a sua posição em relação à mediana de municípios com resultados semelhantes, e se houve crescimento, estabilidade ou mesmo decréscimo no valor do índice.

Para análise do seu município, considere:

Em qual quadrante encontra-se o índice de seu município?

Diante desse resultado já é possível considerar quais os principais desafios para a melhoria das oportunidades educacionais no seu território?

O município em análise ocupa o quadrante inferior direito (em desenvolvimento), ou seja, com valor de loeb abaixo da mediana nacional, porém, com um crescimento superior à mediana nacional quando comparamos 2019 com 2015, portanto, em uma situação caracterizada como “em desenvolvimento”. Nos municípios que fazem parte deste quadrante as oportunidades educacionais ainda não são tão altas comparando nacionalmente, mas estão avançando. Assim, os esforços se dão no sentido de manter a tendência positiva, ampliando cada vez mais as oportunidades educacionais.



Veja a relação dos quadrantes e o que representam:

Municípios localizados no quadrante inferior esquerdo (crítico) são aqueles cujo valor de **loeb** está abaixo da mediana nacional e com crescimento pouco expressivo ou até em retrocesso, comparando-se 2019 com 2015. Esses municípios estão em situação crítica: oferecem menores oportunidades educacionais a suas crianças e jovens e não têm conseguido avançar, indicando que ainda há muito trabalho a fazer.

Municípios localizados no quadrante superior esquerdo (atenção) oferecem melhores oportunidades educacionais, expressas por um valor de **loeb** acima da mediana nacional. No entanto, tiveram poucos avanços ou até mesmo retrocederam em 2019 quando comparados com 2015. Isso indica a necessidade de atenção e sugere o desenho e implementação de políticas e ações capazes de retomar caminhos que levam a novos avanços.

Municípios que ocupam o quadrante inferior direito (em desenvolvimento) têm valores de **loeb** abaixo da mediana nacional, mas mostraram um crescimento superior à mediana nacional quando comparamos 2019 com 2015. Nesses municípios as oportunidades educacionais estão em desenvolvimento, devendo focar esforços para manter a tendência positiva, ampliando cada vez mais as oportunidades educacionais oferecidas.

Municípios localizados no quadrante superior direito (otimizado) têm tanto um valor de **loeb** acima da mediana nacional quanto mostraram um crescimento superior a essa mediana quando comparamos 2019 com 2015. Municípios situados nesse quadrante têm conseguido otimizar suas ações, mostrando avanços, mesmo partindo de patamares já relativamente altos. Devem continuar mobilizados e comprometidos para assegurar a manutenção dessa posição e dessa tendência nas oportunidades educacionais.

Fonte: https://ioeb.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Analise_Complementar_Classificacao-por-quadrantes.pdf

MOMENTO 2 DA ANÁLISE - ORIENTAÇÕES PARA ANÁLISE DE OUTROS INDICADORES RELACIONADOS ÀS OPORTUNIDADES DE EDUCAÇÃO

Depois de compreender bem o que significa o **loeb** da localidade, o comitê ou grupos de análise poderão aprofundar e ampliar a reflexão por meio dos indicadores adicionais disponíveis nesta ferramenta. A proposta é que seja viabilizada uma discussão sobre as oportunidades educacionais no território, envolvendo aspectos mais amplos, para além dos fatores que compõem o **loeb**.

Neste roteiro são analisadas 7 dimensões: (1) Atuação com foco na equidade, (2) Clima escolar, (3) Estrutura do sistema de ensino, (4) Parcerias, (5) Práticas de participação, (6) Práticas educativas, e (7) Recursos para a educação. Cada dimensão conta com indicadores que podem ser avaliadas de diferentes formas: um só comitê analisa a situação do município como um todo; grupos diferentes analisam o município como um todo separadamente e os resultados são consolidados posteriormente; ou pode haver a aplicação com grupos por território, analisando a situação específica deste bairro ou região.

Confira os indicadores do formulário no **ANEXO 3**.

Cada dimensão foi organizada considerando as oportunidades educacionais que podem ser asseguradas, e os indicadores elaborados a partir de 3 referências: abrangência, frequência ou adequação. Cada comitê ou grupo respondente precisará avaliar esses aspectos para pontuar a sua localidade, sempre relacionando com o que representa a principal característica. Por exemplo: no caso de um indicador de abrangência, as respostas apontam para a minoria, uma boa parte ou em todos ou quase todos os contextos.

O quadro abaixo apresenta a legenda completa de cada categoria de análise:

Abrangência	Não sabemos informar	apenas em uma minoria	em boa parte	em todos/quase todos
Frequência	Não sabemos informar	raramente	ocasionalmente	constantemente
Adequação	Não sabemos informar	nada adequado	adequado	muito adequado

Após responder a todas as questões, os(as) participantes terão acesso a uma devolutiva com a descrição do resultado de cada dimensão e algumas pistas do que ainda precisa ser realizado no sentido de assegurar a ampliação das oportunidades educacionais no território. Essa análise também poderá contribuir com o planejamento de ações (detalhado no próximo item) mais assertivas a partir das fragilidades identificadas, ou ainda na definição de estratégias para a manutenção das ações, nos casos em que as oportunidades educacionais já sejam asseguradas.

Durante toda a análise e, principalmente, ao refletir sobre as questões propostas neste material, o grupo poderá recorrer à descrição de alguns conceitos-chave, disponíveis no **ANEXO 2**, a fim de que as discussões possam ser ainda mais reflexivas e os conceitos alinhados entre todos(as).

Os resultados permitirão a análise sobre a percepção do(s) grupo(s) em relação a cada dimensão, conduzindo a priorizações e ao plano de ação (orientações sobre o plano de ação no último capítulo).

É importante esclarecer que a avaliação “não sabemos informar” não é computada na média de cada dimensão. A qualidade da avaliação de uma dimensão fica comprometida quando o comitê ou grupos de análise registram que não sabem informar a situação de muitos indicadores. Por isso, a média de uma dimensão só é calculada caso as duas condições abaixo sejam atendidas:

- a. Nenhum dos indicadores da referida dimensão tenha a avaliação em branco;
- b. Ao menos 70% dos indicadores da dimensão recebam avaliações diferentes de “não sabemos informar”.

Importante:

Uma discussão relevante que deve ser, sempre que possível, contemplada, é sobre que populações ou territórios não estão sendo assegurados em determinada questão do questionário. Ou seja, o fato de perguntar sobre a abrangência, frequência ou adequação não nos exime de perguntar: a quem ou onde (localidade/bairro) isso não está garantido? Frequentemente há uma menor disponibilidade das oportunidades, incluindo as educacionais, para populações que residem na zona do campo, em divisas, periferias, favelas; de indígenas, quilombolas etc. As questões raciais e de gênero também se interpõem aqui. Esta reflexão pode apoiar um futuro plano de ação mais assertivo também do ponto de vista da equidade.



Retornando ao contexto do município X, após a reflexão conjunta sobre as questões qualitativas propostas, o comitê compreendeu que as duas dimensões mais frágeis eram Atuação com foco na equidade e Educação não formal e parcerias. As mais fortalecidas eram Clima escolar e Práticas educativas. Analisando as questões, pensaram em ações correlacionadas, que faziam sentido naquela localidade, buscando também fortalecer os territórios mais frágeis, já que verificaram diferenças importantes de resultados, mesmo nas dimensões mais fortalecidas.

Outra análise possível e interessante, porém, opcional, pode se dar a partir da relação do IDeA com outros indicadores quantitativos. No **ANEXO 1**, você encontrará uma lista de indicadores já existentes sugeridos para essa análise.

No caso em análise neste material, considerando as dimensões mais frágeis, o comitê resolveu fazer um estudo mais detalhado do IDeA⁵- Indicador de Desigualdades e Aprendizagens, a fim de aprofundar a compreensão de como as desigualdades estão relacionadas à aprendizagem. Encontraram dados interessantes, por exemplo, sobre como está posta a diferença racial na aprendizagem, e pensaram que esse poderia ser um importante subsídio para a formulação de políticas locais, ações de formação para as escolas e mobilização social. Além disso, um estudo sobre a ocorrência de Bolsa Família por território contribuiu para que mapeassem os locais mais vulneráveis e cruzassem esse dado com as questões qualitativas, mesmo aquelas bem avaliadas de forma geral.

5. IDeA - Indicador de Desigualdades e Aprendizagens, que aponta qual o nível de aprendizagem e desigualdade ao mesmo tempo entre grupos sociais definidos por nível socioeconômico, raça e gênero. Disponível em: <https://portalidea.org.br/>. Último acesso em: 24/10/2020.

ORIENTAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DO **PLANO DE AÇÃO** COM FOCO NAS OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS

Na nota técnica de 2019 sobre o **Ioeb**, Reynaldo Fernandes e Fabiana Felício⁶ afirmam:

Por si só, a criação e divulgação de um índice não tem qualquer implicação sobre a qualidade da educação, ou sobre a desigualdade das oportunidades ofertadas às crianças e jovens no país. Podemos comparar este e qualquer outro índice de qualidade da educação a uma triagem de pronto-socorro. Diferentemente do que se costuma dizer, o resultado do índice não faz diagnóstico, mas reúne informações essenciais para classificar o nível de gravidade do caso e o grau de urgência do atendimento. Tal qual a triagem, o índice é o primeiro passo do atendimento e precisa ser analisado, reunido com outras informações que aprofundem a avaliação para que seja feito o diagnóstico e traçado, caso a caso, o tratamento necessário.

Assim, nas propostas orientadas anteriormente estávamos na etapa da triagem de pronto-socorro. Agora, com a elaboração do plano de ação, concretizaremos as intervenções necessárias para ampliação das oportunidades educacionais em sua localidade. Veja o passo a passo que sugerimos para que realize esta etapa tão relevante:

DEFINIÇÃO DE AÇÕES



DEFINIÇÃO DE PRAZOS E RESPONSÁVEIS



IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO E ACOMPANHE SEUS RESULTADOS, MUDANDO A ROTA QUANDO NECESSÁRIO

6. FERNANDES, R.; FELÍCIO, F.; Nota Técnica – Índice de Oportunidades Educacionais do Brasil - **Ioeb** 2019. Disponível em: <https://ioeb.org.br/nota-tecnica-ioeb-2019/>. Último acesso em: 24/10/2020.

23 | 1. Definição de ações: Assim como a reflexão sobre as questões apresentadas nesta ferramenta, a elaboração participativa do plano de ação promoverá maior legitimidade e efetividade do planejamento. Pode ser conduzido com o mesmo comitê que organizou a consulta sobre as questões. Caso tenham verificado que faltam atores importantes nesse planejamento, ainda é um bom momento para que sejam incluídos. Pode ser ainda que o grupo tenha de ser reduzido, considerando que alguns atores envolvidos na etapa anterior tinham o papel de garantir a abrangência da consulta. Neste caso, pode haver um compromisso de comunicar ou validar o plano de ação com o grupo maior, assim que a primeira versão estiver pronta.



Para definir ações, será necessário organizar os registros da análise e fazer agrupamentos, em busca da visibilização de quais são os maiores entraves para gerar oportunidades educacionais no território. A partir dessa definição é possível refletir com o grupo sobre potenciais ações de enfrentamento a essas problemáticas, bem como resgatar outras ações que tenham sido sinalizadas nas etapas anteriores. Reconhecer os desafios e definir prioridades, considerando as condições e recursos existentes, será fundamental na construção do cenário de oportunidades. Nessa escolha é preciso considerar:

Objetivo almejado

Recursos de que se dispõe

Contexto local

2. Definição de prazos e responsáveis: É importante que cada ação tenha um prazo de execução e um(a) responsável/ liderança para conduzi-la. A definição desses pontos tende a ser menos reflexiva e mais pragmática. Contudo, aqui está uma das chaves para que toda a discussão anterior realmente se traduza em transformação.

Em um planejamento colaborativo é sempre recomendável que haja espaço inicial para que as pessoas se indiquem como responsáveis pelas ações. Para isso, pode-se olhar uma a uma as ações e registrar as autoindicações, ou então deixar as ações expostas em parede ou lousa, por exemplo, e pedir que os(as) interessados(as) colem post its com seus nomes naquelas ações em que tenham condições de contribuir. Tudo bem se houver mais de uma pessoa interessada em uma mesma ação. Neste caso, se define quem será o(a) responsável e quem irá apoiar. Já quando não aparece ninguém como responsável por uma ação, é preciso investir um pouco mais na conversa para compreender o que isso pode representar: será que não temos ninguém no grupo compatível com o teor da ação? Precisamos agregar mais pessoas? Será que a ação é excessivamente desafiadora? E se fosse uma dupla de responsáveis, seria melhor? Será que a ação é pertinente? Lembrando que todo momento é tempo de reescrever ações, levantar outras e até mesmo descartar alguma.

24 |

Outra possibilidade interessante é a divisão do grupo em subcomitês por dimensão, por exemplo.

3. Implemente o plano de ação e acompanhe seus resultados, mudando a rota quando necessário: o grupo que promoveu a análise e a elaboração do plano de ação pode ou não ser o mesmo que articulará e acompanhará as ações. Sempre que a continuidade da maioria do grupo for possível, ela é indicada. Os(As) responsáveis por cada ação procurarão os atores que precisam ser envolvidos para que ela ocorra, sempre cuidando de que compreendam o sentido desse plano e o histórico da análise participativa que o referenciou. O grupo pode combinar uma periodicidade para reunir-se no intuito de acompanhar as ações, estabelecendo trocas sobre os avanços e desafios, em um movimento de colaboração. Esses encontros também são importantes para se definir mudanças no plano, se necessário.

Acesse no ANEXO 4 um modelo de plano de ação com possibilidades a partir das dimensões qualitativas.

PARA **FINALIZAR**



Todos os esforços no sentido de gerar o loeb e produzir materiais de orientação sobre o seu uso – como este material e outros que você pode conferir no site (www.ioeb.org.br) – só fazem sentido se puderem favorecer crianças e jovens a aprenderem mais. Para que isso aconteça, precisam ter oportunidades que, por sua vez, são provocadas pela gestão pública, por familiares e pela sociedade.

Esperamos que este material apoie o planejamento desses atores e em especial da gestão pública, para que oportunidades educacionais sejam geradas com intencionalidade e planejamento!

Compartilhe conosco sua experiência de reflexão e planejamento a partir do loeb e deste material em ioeb@comunidadeeducativa.org.br.

Bom trabalho!



ANEXO 1 - Lista de indicadores educacionais que podem ser analisados em diálogo com o Ioeb

Indicadores Quantitativos	Indicador do município	Indicador médio do estado	Indicador médio do país
IDH			
IDI (Índice de Desenvolvimento Infantil)			
Número de casos de Bolsa Família			

Indicadores Quantitativos	Indicador do município	Indicador médio do estado	Indicador médio do país
Absenteísmo docente			
Absenteísmo discente			
Distorção idade-série			
Taxa de atendimento (considerar população do campo, indígena e quilombola)			

Indicadores Quantitativos	Indicador do município	Indicador médio do estado	Indicador médio do país
IDEB (Anos iniciais)			
Fluxo (Anos iniciais)			
Proficiência (anos iniciais)			
IDEB (Anos finais)			
Fluxo (Anos finais)			
Proficiência (Anos finais)			

Indicadores Quantitativos	Indicador do município	Indicador médio do estado	Indicador médio do país
IDeA raça (Anos iniciais - LP)			
IDeA gênero (Anos iniciais - LP)			
IDeA socioeconômico (Anos iniciais - LP)			
IDeA raça (Anos finais - LP)			
IDeA gênero (Anos finais - LP)			
IDeA socioeconômico (Anos finais - LP)			
IDeA raça (Anos iniciais - Mat)			
IDeA gênero (Anos iniciais - Mat)			
IDeA socioeconômico (Anos iniciais - Mat)			
IDeA raça (Anos finais - Mat)			
IDeA gênero (Anos finais - Mat)			
IDeA socioeconômico (Anos finais - Mat)			

Indicadores Quantitativos	Indicador do município	Indicador médio do estado	Indicador médio do país
DGEM			
Adesão a convênios e Programas Federais/ Estaduais			
IEGM (Índice de Efetividade da Gestão Municipal); IEGE (Índice de Efetividade da Gestão Estadual)			



ANEXO 2 - CONCEITOS PARA EMBASAR AS REFLEXÕES

Para que se possa compreender qual a relação entre as questões propostas nesta ferramenta e as oportunidades de educação é preciso compreender alguns conceitos importantes da educação que as sustentam. Invista um tempo no estudo dos pressupostos teóricos abaixo que são subjacentes às questões propostas, de modo que estes sejam preservados e alinhados durante as discussões que irão promover em sua localidade:

Ensino alinhado com as necessidades contemporâneas (BNCC e currículos locais): O compromisso com a Educação Integral é explicitado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esse documento de caráter normativo define o conjunto de aprendizagens essenciais a que todos(as) os(as) estudantes têm direito durante a Educação Básica. As dez competências gerais previstas na BNCC refletem o desenvolvimento nas diferentes dimensões do ser humano para a formação de um indivíduo ao longo de 14 anos de escolaridade. Para chegar a essas dez competências gerais, a BNCC detalha as competências específicas de cada campo e área de conhecimento, assim como as habilidades que os(as) estudantes têm direito de aprender em cada ano de escolaridade. Ela explicita também seu “compromisso com a educação integral”. Os currículos locais, propostas pedagógicas e projetos político-pedagógicos das escolas precisam estar alinhados à BNCC. Gestores(as) educacionais e escolares precisam assegurar as condições de ensino necessárias a essas aprendizagens.

Fonte: https://fundacaosantillana.org.br/wp-content/uploads/2019/12/6_Dialogo.pdf. Acesso em: 24/03/2020.

Educação integral: A Educação Integral é uma concepção que compreende que a educação deve garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões e na sua integralidade – intelectual, física, emocional, social e cultural, e se constituir como projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores(as), gestores(as) e comunidades locais.

Fonte: <https://educacaointegral.org.br/conceito/>. Acesso em: 24/03/2020.

Igualdade educacional: O Brasil, ao longo de sua história, naturalizou desigualdades educacionais em relação ao acesso à escola, à permanência dos(as) estudantes e ao seu aprendizado. São amplamente conhecidas as enormes desigualdades entre os grupos de estudantes definidos por raça, sexo e condição socioeconômica de suas famílias.

Dessa forma, o conceito de igualdade considerado neste material defende o direito de aprendizagem de todos(as) os(as) estudantes, independentemente de sua origem e identidades linguísticas, étnicas e culturais, que devem ser atendidas em suas especificidades, dando tratamento igualitário a todos(as) e, ao mesmo tempo, assegurando oportunidades equitativas de acesso e permanência na escola.

Fonte: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79611-anexo-texto-bncc-aprovado-em-15-12-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 07/04/2020.

Diversidade e inclusão: Respeitar a diversidade significa combater qualquer tipo de exclusão e discriminação, seja de origem física, étnica, cultural, de gênero, socioeconômica ou etária, e atuar pela igualdade, considerando as diferenças. Reconhecer os direitos humanos e valorizar as diferenças são formas de desconstruir a desigualdade. Na escola, é necessário constatar que todos(as) são diferentes e, assim, gerar transformações para que todos(as) aprendam e criem um clima institucional inclusivo.

Fonte: https://implantacaosfb.files.wordpress.com/2018/08/bncc_gestacc83o-escolar.pdf. Acesso em: 24/03/2020.

Equidade: Trabalhar em busca da equidade significa adaptar as regras e as condições materiais e emocionais às necessidades e possibilidades de cada um(a), identificando o que é comum e o que é específico. É proporcionar ações diferenciadas em busca da igualdade de oportunidades e do direito de aprender, promovendo o desenvolvimento de todos(as) com base em um repertório comum que se diversifica e se amplia conforme a necessidade de cada indivíduo que compõe o grupo. O papel da escola é gerar condições para que todos(as) aprendam, e o da rede de ensino é possibilitar que as escolas contribuam significativamente para a aprendizagem das crianças e dos(as) jovens. São conceitos próximos ao de equidade: dignidade, honestidade, honradez, imparcialidade, justiça.

Fonte: https://implantacaosfb.files.wordpress.com/2018/08/bncc_gestacc83o-escolar.pdf. Acesso em: 24/03/2020.

Educação inclusiva: A Educação inclusiva considera que a escola precisa acolher a todos os indivíduos, com todas as suas singularidades advindas de suas condições sociais, emocionais, físicas e intelectuais, e busca promover uma educação regida pelo princípio da equidade, oferecendo às crianças e aos(as) jovens ações diferenciadas de acordo com suas necessidades e possibilidades, sempre com altas expectativas. É papel da escola gerar um ambiente em que todos(as) aprendam com sentido e participem ativamente da sociedade.

Fonte: <https://fundacaosantillana.org.br/wp-content/uploads/2020/07/EducacaoInclusivaPratica.pdf>. Acesso em: 05/09/2020.

Protagonismo juvenil: Encorajar e impulsionar a participação de crianças e de adolescentes significa vê-los(as) como sujeitos dignos e de direitos, e dar importância e atenção às suas vozes, perspectivas e potencialidades – muito mais do que às suas limitações. Participação também implica em promover oportunidades de expressão de ideias, percepções, visões, que podem influenciar tomadas de decisão e a realização de transformação. Deve-se ter em mente que o engajamento de crianças e de adolescentes em ações participativas deve ser um processo desejado por eles(as), que necessitam ser informados(as) sobre as ações de promoção da sua participação. Nesse processo, devem-se incluir crianças e adolescentes em toda sua diversidade, respeitando as questões de idade, gênero, condição física e intelectual, raça/etnia, religiosidade, entre outras.

A participação de crianças e adolescentes, como de qualquer outro grupo social, deve estar baseada em princípios de ética, transparência, produção e partilha de informações relevantes para que eles(as) possam opinar e tomar decisões sobre as questões em debate. As informações devem ser tratadas e abordadas de forma a serem compreendidas pelas crianças e adolescentes.

Fonte: Participação de crianças e adolescentes. Coleção De olho nos planos. 2015. http://www.deolhonosplanos.org.br/wp-content/uploads/2013/04/Participacao_Crianças_Adolescentes.pdf. Acesso em: 07/05/2020.

Educação de qualidade: A educação escolar, comprometida com a igualdade de acesso ao conhecimento para todos(as) e especialmente empenhada em garantir esse acesso aos grupos da população em desvantagem na sociedade, é uma educação com qualidade social e contribui para dirimir as desigualdades historicamente produzidas, assegurando, assim, o ingresso, a permanência e o sucesso de todos(as) na escola, com a consequente redução da evasão, da retenção e das distorções de idade-ano/série.

Fonte: Parecer CNE/CEB no. 7/2010 e Resolução CNE/CEB no. 4/2010, que definem as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

Rede de proteção de direitos: pautados no artigo 227 da Constituição Federal, de 1988, que assegura que: *“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”*, e no artigo 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, entendemos a rede proteção de direitos como o conjunto articulado de ações governamentais, não governamentais, da União, dos Estados e dos Municípios em prol do cuidado no atendimento às condições básicas e atendimento a todos os direitos preconizados às crianças e adolescentes do Brasil.

Fonte: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2014/NRE/redes_protecao_social.pdf. Acesso em: 07/05/2020.

Regime de colaboração: A expressão regime de colaboração, aplicada ao contexto da educação no país, foi utilizada pela primeira vez na Constituição Federal de 1988. Diz a carta magna brasileira, em seu Art. 211, que “[a] **União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino**”.

Esse mesmo artigo define que cabe aos Municípios atuar prioritariamente na educação infantil e no ensino fundamental, e aos Estados e Distrito Federal, no ensino fundamental e médio. A União, por sua vez, e como indica o Art. 22, XXIV, deve legislar sobre **diretrizes e bases de uma educação nacional**. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a expressão também é mencionada nos Art. 8 e 62, enfatizando, no primeiro, a organização da educação em regime de colaboração pelos entes federativos, e no segundo, a garantia da formação docente, em seus diferentes estágios, por meio de ação colaborativa entre União, Estados e Municípios. Percebe-se porque, então, a colaboração entre os entes é necessária, pois, apesar de termos organizado a educação nacional a fim de garantir um direito a todos(as) os(as) cidadãos(ãs) com qualidade e equidade, as responsabilidades pela oferta da educação foram distribuídas de maneira descentralizada. **O regime de colaboração, portanto, deve se concretizar na prática** pela implementação de estratégias/mecanismos voltados para a coordenação e a cooperação entre os entes envolvidos, construindo uma estrutura pela qual as gestões possam, de fato, concretizar a coordenação e a cooperação entre si.

Fonte: Guia de Regime de Colaboração Estados Municípios. Disponível em: <https://www.comunidadeeducativa.org.br/wp-content/uploads/2015/06/EducacaoMunicipaldeQualidade.pdf>. Acesso em: 24/10/2020.

Investimento eficiente na educação: consideramos investimento eficiente na educação aquele que atende aos princípios da administração pública - legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência - que resultem na garantia da aprendizagem como direito de todos(as) os(as) estudantes, ou seja, os recursos existentes devem estar a serviço da conquista da educação de qualidade por meio do enfrentamento dos principais problemas: acesso, permanência, aprendizagem e conclusão na idade certa.

Fonte: Educação Municipal de Qualidade. Fundação Santillana/CE CEDAC. Disponível em: <https://www.comunidadeeducativa.org.br/wp-content/uploads/2015/06/EducacaoMunicipaldeQualidade.pdf>. Acesso em: 24/10/2020.

Parcerias na educação: As ações em parceria podem ter como foco as diversas necessidades dos(as) estudantes: as de aprendizagem, as de proteção e as de desenvolvimento. Assim, a parceria tanto pode traduzir-se em apoio material – cessão de espaço físico, midiático, digital, assistência de saúde e medidas de proteção –, como propor situações de aprendizagem que enriqueçam as atividades existentes na escola e fora dela, criando novas estratégias de atuação.

A intenção com as parcerias não é fundir as instituições parceiras e as características que lhes dão identidade, transformando tudo numa coisa só, mas sim somar e integrar esforços e o que de melhor cada uma tem a oferecer, exatamente pela diferença, para a qualificação do projeto de educação integral.

Ao estabelecer parcerias com outras secretarias, organizações do território e da cidade, a Secretaria de Educação, por meio de uma concepção que prioriza a intersetorialidade como forma de garantir novos espaços e oportunidades de aprendizagem, pode ampliar o repertório cultural das crianças, adolescentes, jovens e adultos(as), contemplando tanto as atividades escolares como as socioeducativas e as de proteção e cuidados, as quais estão no âmbito de outras políticas setoriais como Saúde, Assistência Social, Cultura e Esporte.

Fonte: Guia Políticas de Educação Integral. Disponível em: <https://guia.educacaoeparticipacao.org.br/parcerias/>. Acesso em: 07/05/2020.

Graus de participação: Ao tratar de participação na escola e gestão democrática, é preciso assumir que há um continuum entre a participação total e a ausência da participação (sendo os dois extremos possivelmente inexistentes). Isso implica pensar em níveis de envolvimento, o que ajudará a identificar em que estágio a escola se encontra e quais são os passos em direção à intensificação da cooperação entre escola e famílias. Segundo a pesquisa Includ-ed, da Universidade de Barcelona, é possível fazer uma classificação em cinco tipos de participação: informativa, consultiva, decisória, avaliativa e educativa. Cada tipo de participação contempla o anterior, ou seja: a participação consultiva também é informativa; a decisória também é consultiva e informativa; a avaliativa é decisória, consultiva e informativa; e, por fim, a educativa engloba todas as anteriores; as três últimas são as que mais têm probabilidade de promover a participação efetiva dos(as) familiares e, justamente por isso, de gerar maior êxito nos resultados de aprendizagem. Infelizmente, porém, são as modalidades menos comuns na maioria das escolas brasileiras.

Participação informativa: nesse tipo de participação os(as) familiares são informados(as) a posteriori sobre as atividades e o funcionamento da escola, ou seja, as decisões já foram tomadas.

Participação consultiva: Nessa proposta os(as) familiares participam por meio de conselhos ou entidades legais com outros(as) profissionais da escola (gestores/as e professores/as), como no caso da Associação de Pais e Mestres (APM) e dos conselhos escolares. A participação nas reuniões ainda se baseia em informações, mas há também instâncias de consultas sobre temas relacionados, por exemplo, ao uso de verbas destinadas à instituição.

Participação decisória: A participação de familiares nas tomadas de decisão, bem como em processos educativos (o que veremos no último item deste mapeamento), é garantida pelo artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990: *“Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais”*.

Participação avaliativa: Familiares e outros atores da comunidade escolar são convidados(as) a ajudar, também por meio de entidades representativas, nos processos de avaliação dos currículos e dos avanços das crianças, dos(as) adolescentes e dos(as) jovens.

É claro que a escola deve cumprir exigências externas, porém, a participação de familiares, bem como de estudantes, é uma forma de fazer com que eles(as) se conscientizem dos processos avaliativos e, assim, somar vozes para que estes não sejam impostos, mas construídos conjuntamente.

Participação educativa: Por fim, neste último tipo de participação, familiares e outros membros da comunidade escolar também fazem parte dos processos de aprendizagem dos(as) estudantes dentro e fora da sala de aula. Além disso, é possível promover processos de aprendizagem destinados a eles(as), o que permite maior valorização em relação à aprendizagem em si.

Fonte: Pesquisa Includ-ed completa em <https://crea.ub.edu/projects/included/> e resumida em português em <https://www.comunidadeaprendizagem.com/uploads/materials/26/2944b1fd4df2988d4fa0a95f796cec1b.pdf>. Acesso em: 24/03/2020.

Livro Diálogo Escola e Família. Disponível em: https://fundacaosantillana.org.br/wp-content/uploads/2019/12/6_Dialogo.pdf. Acesso em: 24/03/2020.



ANEXO 3 - Dimensões e indicadores do formulário

Neste anexo disponibilizamos as dimensões e seus respectivos indicadores do formulário por página. Desta forma, podem ser impressos e preenchidos separadamente pelo(s) grupo(s), em um segundo momento, consolidar em um único documento da própria ferramenta. Lembrem-se que para o preenchimento na coluna AVALIAÇÃO, as respostas possíveis são:

Abrangência	Não sabemos informar	apenas em uma minoria	em boa parte	em todos/quase todos
Frequência	Não sabemos informar	raramente	ocasionalmente	constantemente
Adequação	Não sabemos informar	nada adequado	adequado	muito adequado

DIMENSÃO 1: Atuação com foco na equidade

As oportunidades educacionais são garantidas na medida em que existem no território iniciativas que focam na diminuição das desigualdades na educação.

CLASSIFICAÇÃO

INDICADORES

AVALIAÇÃO

FREQUÊNCIA	Com que frequência o tema da diversidade cultural, étnica, de gênero e das condições socioeconômicas são alvo de estudos, discussão e ação coletiva, para o desenvolvimento de ações nas escolas e demais instituições do território?	
ADEQUAÇÃO	Como são avaliados a atenção e o cuidado oferecidos à estudantes público-alvo da educação especial para que haja interação e aprendizagem?	
ADEQUAÇÃO	Como é avaliada a adequação dos programas para a defesa de direitos de crianças e adolescentes?	
ADEQUAÇÃO	Como são avaliados os mecanismos de busca ativa de crianças e jovens em idade escolar que estão fora da escola?	
ADEQUAÇÃO	Como são avaliados os mecanismos de apoio aos(às) estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem nas escolas?	
ADEQUAÇÃO	Como são avaliados os mecanismos de apoio aos(às) estudantes com distorção idade-série nas escolas?	
ABRANGÊNCIA	As crianças e os adolescentes das diferentes regiões da localidade são contemplados(as) pelas ações e/ou programas realizados pela rede de proteção de direitos?	

DIMENSÃO 2: Estrutura do sistema de ensino

As oportunidades educacionais são garantidas na medida em que as escolas tenham condições adequadas para garantir a permanência e os processos de ensino e aprendizagem para o desenvolvimento integral dos estudantes.

CLASSIFICAÇÃO

INDICADORES

AVALIAÇÃO

ADEQUAÇÃO

Como é avaliada a adequação dos espaços escolares para a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos(as) estudantes?

ABRANGÊNCIA

A quantidade de estudantes por turma é adequada?

ABRANGÊNCIA

As escolas têm quantidade suficiente de profissionais?

ABRANGÊNCIA

As escolas contam com pelo menos uma dupla gestora (direção e coordenação pedagógica)?

FREQUÊNCIA

Com que frequência são oferecidas oportunidades de formação continuada aos(as) professores(as) da Educação Infantil?

FREQUÊNCIA

Com que frequência são oferecidas oportunidades de formação continuada aos(as) professores(as) do Ensino Fundamental?

FREQUÊNCIA

Com que frequência são oferecidas oportunidades de formação continuada aos(as) professores(as) do Ensino Médio?

FREQUÊNCIA

Com que frequência são oferecidas oportunidades de formação continuada aos(as) gestores(as) escolares?

FREQUÊNCIA

Com que frequência são oferecidas formações de professores voltadas ao trabalho com a diversidade cultural e étnica das comunidades em que atuam (indígena, quilombola, do campo, de fronteira e outras)?

FREQUÊNCIA

Com que frequência são oferecidas formações de professores voltadas para a modalidade EJA?

FREQUÊNCIA

Com que frequência são oferecidas formações de professores voltadas para a modalidade Educação Especial?

ABRANGÊNCIA

As escolas oferecem aos(as) seus(suas) estudantes atividades no contraturno de aula?

FREQUÊNCIA

Com que frequência as escolas oferecem e abrem espaços aos(as) estudantes e suas famílias para propostas de atividades esportivas, comunitárias e artísticas, fora do horário e dos dias de aula?

DIMENSÃO 3: Clima escolar

As oportunidades educacionais são garantidas na medida em que o clima escolar proporciona segurança e é favorável ao desenvolvimento da aprendizagem para todos e todas.

CLASSIFICAÇÃO

INDICADORES

AVALIAÇÃO

ABRANGÊNCIA

As crianças estão motivadas para estudar e frequentar a escola?

ABRANGÊNCIA

Os(As) adolescentes e jovens estão motivados(as) para estudar e frequentar a escola, compreendendo o estudo como parte importante para seu projeto de vida?

ABRANGÊNCIA

Os(As) professores(as) de crianças estão motivados(as) para o ensino?

ABRANGÊNCIA

Os(As) professores(as) de adolescentes e jovens estão motivados(as) para o ensino?

ABRANGÊNCIA

As escolas são consideradas espaços seguros e acolhedores?

ADEQUAÇÃO

Como é avaliada a apropriação e o uso dos diferentes espaços escolares (quadra, parque, biblioteca, entre outros) pelos(as) estudantes?

ABRANGÊNCIA

As equipes das escolas mantêm relações colaborativas com estudantes e familiares/comunidade?

FREQUÊNCIA

Com que frequência estudantes sentem-se à vontade para expressar suas opiniões na escola?

DIMENSÃO 4: Parcerias

As oportunidades educacionais são garantidas na medida em que as parcerias (público-privadas, entre Secretarias, com terceiro setor, com universidade) são efetivadas de forma estratégica e os espaços públicos disponíveis e acessíveis - na educação formal e não formal - oportunizam experiências educativas (culturais, sociais, comunitárias e esportivas) significativas às crianças, adolescentes e jovens.

CLASSIFICAÇÃO

INDICADORES

AVALIAÇÃO

ABRANGÊNCIA

As famílias, crianças e adolescentes participam de atividades educativas não formais (culturais e/ou esportivas) promovidas no território?

ABRANGÊNCIA

Os territórios do entorno das escolas geralmente contam com espaços sociais (por exemplo: organizações sociais, movimentos, grupos de igreja etc.), que favorecem reflexões sobre a realidade e potencial participação comunitária e dos(as) estudantes da sua escola?

ADEQUAÇÃO

Como é avaliado o impacto das parcerias realizadas no território em apoio à educação das crianças e adolescentes?

ABRANGÊNCIA

As escolas realizam parcerias com outras instituições e setores para melhorar as oportunidades educacionais aos(as) estudantes?

ABRANGÊNCIA

As escolas realizam parcerias de rede de proteção, intrasetoriais (UBS, CAPs, entre outros)?

ADEQUAÇÃO

Como é avaliada a implementação das políticas públicas em Regime de Colaboração entre Estados e Municípios?

DIMENSÃO 5: Práticas de participação

As oportunidades educacionais são garantidas na medida em que sejam efetivados mecanismos e práticas de participação dos estudantes, famílias e comunidade.

CLASSIFICAÇÃO

INDICADORES

AVALIAÇÃO

ABRANGÊNCIA

As escolas realizam avaliação institucional participativa com escuta de diferentes atores (educadores/as, funcionários/as, estudantes, familiares)?

ABRANGÊNCIA

As escolas possibilitam a construção de regras e normativas, além do PPP, de forma coletiva e dialogada com familiares e comunidade escolar?

ABRANGÊNCIA

Os(As) estudantes são envolvidos(as) em instâncias de participação como grupo de representantes, grêmio, assembleias etc.?

FREQUÊNCIA

Com que frequência familiares e comunidade participam das atividades promovidas pela escola (por exemplo, festas e encontros culturais)?

ADEQUAÇÃO

Como é avaliado o funcionamento da APM (Associação de Pais e Mestres) como instância participativa e efetiva na escola?

ADEQUAÇÃO

Como é avaliado o funcionamento dos Conselhos Escolares como instância participativa e efetiva na educação ofertada pela escola?

ADEQUAÇÃO

Como são avaliados o funcionamento e a influência do Conselho Municipal de Educação (CME) para a melhoria da qualidade de educação ofertada no território?

ADEQUAÇÃO

Como são avaliados o funcionamento e a influência do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) para a garantia e adequação da alimentação escolar dos(as) estudantes?

ABRANGÊNCIA

Os(As) familiares/responsáveis participam e apoiam a vida escolar dos(as) seus(suas) filhos(as)?

DIMENSÃO 6: Práticas educativas

As oportunidades educacionais são garantidas na medida em que a rede educacional contempla um projeto de ensino contextualizado em relação ao território, às necessidades contemporâneas e às diretrizes nacionais.

CLASSIFICAÇÃO

INDICADORES

AVALIAÇÃO

ABRANGÊNCIA	As escolas contam com bons espaços e acervo bibliográfico para desenvolver as práticas de leitura dos(as) estudantes?	
ABRANGÊNCIA	As escolas contam com computadores e dispositivos tecnológicos para desenvolver as competências digitais com seus(suas) estudantes?	
ABRANGÊNCIA	O currículo (ou o quê e como se ensina) das escolas contempla a formação e o desenvolvimento integral das crianças, adolescentes e jovens?	
ADEQUAÇÃO	Como é avaliado que o currículo das escolas (ou o quê e como se ensina) dialoga com a realidade local?	
ADEQUAÇÃO	Como é avaliada a utilização pela escola dos recursos e materiais pedagógicos nas aulas?	
ADEQUAÇÃO	Como é avaliada a adequação dos materiais pedagógicos destinados ao trabalho com a diversidade cultural e étnica (indígena, quilombola, do campo, de fronteira e outras)?	
ADEQUAÇÃO	Como é avaliada a adequação da proposta curricular considerando a diversidade cultural e étnica (indígena, quilombola, do campo, de fronteira e outras) e das diferentes modalidades de ensino (EJA, Educação Especial e outras).	
FREQUÊNCIA	Com que frequência as escolas favorecem atividades de estudo do ambiente e do entorno da comunidade escolar, para que estudantes conheçam, valorizem e aprendam?	
ABRANGÊNCIA	As escolas acompanham bem as aprendizagens (ou não) dos(as) estudantes e tomam decisões rápidas para apoiá-los(as)?	
FREQUÊNCIA	Com que frequência os(as) professores(as) realizam reuniões de planejamento, diálogo e reflexão sobre as práticas realizadas nas aulas?	

DIMENSÃO 7: Recursos para a educação

As oportunidades educacionais são garantidas na medida em que os recursos são aplicados de forma eficiente e de modo transparente, de forma a explicitar a intencionalidade da gestão pública para assegurar melhores condições de acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes.

CLASSIFICAÇÃO

INDICADORES

AVALIAÇÃO

FREQUÊNCIA

Considerando as decisões sobre destinação de recursos, em que medida a Secretaria tem autonomia na decisão?

ADEQUAÇÃO

Como são avaliados o funcionamento e a efetividade dos órgãos de fiscalização (Tribunal de Contas, Ministério Público) sobre a aplicação dos recursos da educação?

ADEQUAÇÃO

Como é avaliada a transparência das informações sobre a aplicação de recursos financeiros na educação?

ADEQUAÇÃO

Como é avaliada a alimentação escolar dos(as) estudantes nas escolas?

ABRANGÊNCIA

O transporte escolar atende aos(as) estudantes que precisam?

ADEQUAÇÃO

Como é avaliado o uso dos recursos para a manutenção dos prédios escolares?

ADEQUAÇÃO

Como são avaliados o funcionamento e a influência do Conselho do FUNDEB para a garantia de uso adequado dos recursos financeiros para a educação?

ADEQUAÇÃO

As escolas estão em situação regular com o PDDE (Programa Dinheiro Direto da Escola)? Ou seja, com condições de receber recursos federais?

ADEQUAÇÃO

Como é avaliado o repasse dos recursos de forma a contemplarem a diversidade das escolas (indígena, quilombola, do campo, de fronteira e outras)?



ANEXO 4 - Plano de Ação Modelo

DIMENSÃO	MACROAÇÃO/ OBJETIVOS	AÇÕES	LINKS PARA REFERÊNCIAS
42 1: Atuação com foco na equidade	Promover um Fórum permanente intersectorial sobre oportunidades educacionais com equidade	1. Identificar se já existe no território algum grupo ou fórum constituído que possa incluir as temáticas relacionadas às oportunidades educacionais em sua pauta. 2. a) Caso seja identificado grupo/fórum, articular-se no sentido de buscar a inclusão da pauta, analisando cronograma e possibilidades de participação do planejamento. b) Caso não seja identificado um grupo/fórum já existente, formar um comitê intersectorial para organização do fórum (avaliar a possibilidade de continuidade do comitê para análise das oportunidades educacionais do território); 3. Fazer reunião(ões) do comitê para discutir: objetivo do fórum permanente; cronograma; forma de mobilização para participação e pauta do primeiro encontro (garantido espaços de participação do público e alinhamento com as referências, por exemplo publicações como Educação Inclusiva na prática, Instituto Rodrigo Mendes e Relatório 2020 Inclusão e educação: todos, sem exceção, Unesco); 4. Preparar primeiro encontro, fazendo os convites e organizando espaço, recursos necessários, divulgação na mídia, entre outros encaminhamentos; 5. Realizar do primeiro fórum com apresentação da proposta de continuidade e convite para inscrições caso alguém interesse-se em fazer parte do comitê; 6. Avaliar o primeiro encontro junto ao comitê e planejar a implementação dos próximos, sempre considerando a devolutiva de participantes e buscando contemplar os diferentes temas como: diversidade e condição socioeconômica, educação inclusiva, defesa de direitos das crianças e adolescentes, evasão escolar e outros que sejam levantados durante o fórum e a partir do cenário de oportunidades do município.	Educação Inclusiva na prática, Instituto Rodrigo Mendes https://fundacaosantillana.org.br/wp-content/uploads/2020/07/EducacaoInclusivaPratica.pdf Relatório 2020 Inclusão e educação: todos, sem exceção, Unesco https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373721_por Plano Nacional de Educação - principalmente Meta 4 http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014

DIMENSÃO	MACROAÇÃO/ OBJETIVOS	AÇÕES	LINKS PARA REFERÊNCIAS
2: Estrutura do sistema de ensino	Aprimorar estrutura do sistema de ensino a partir do fortalecimento da atuação do Conselho Municipal de Educação e Conselhos Escolares.	1. Apresentar a análise sobre oportunidades educacionais ao Conselho Municipal de Educação e Conselhos Escolares, propondo um olhar especial para as questões da dimensão de estrutura do sistema de ensino e considerando o cenário dos recursos disponíveis e as potenciais parcerias (pode haver análise do IEGM e IEGE da localidade, ou ainda ter as questões de respectivo Manual como referência). Elencar quais ações de melhoria poderão ser implementadas para assegurar: melhor proporção no número de estudantes por turma; número de docentes e funcionários por escolar; qualidade, acesso e uso dos espaços escolares com foco na aprendizagem e as possibilidades de oferta de atividades de contra turno, para o desenvolvimento da proposta de formação integral; outras questões de estrutura que tenham aparecido na discussão. 2. A partir dessa análise conjunta, compreender quais são as oportunidades de melhoria na infra estrutura das escolas da rede para assegurar o ensino, a formação de professores, uso dos recursos disponíveis com foco na melhoria das aprendizagens dos estudantes. Vale ressaltar que uma ação chave pode ser a revisão do PPP das escolas de forma colaborativa e participativa, com formação de gestores escolares para a condução deste processo. Uma avaliação institucional participativa pode ser uma estratégia de escuta e diálogo com a comunidade, bem como para a definição de um plano de ação que tenha todos os atores envolvidos e corresponsáveis. 3. Com as principais ações e seus responsáveis listados, implementar o plano e analisar sua evolução periodicamente, ajustando se necessário e/ou levantando outras ações.	Manual IEGM https://www.tce.sp.gov.br/publicacoes/manual-ieg-m-2020 Manual IEGE https://www.tce.sp.gov.br/6524-iege Manual do Indique http://www.indicadoreseducacao.org.br. Plano Nacional de Educação - principalmente Meta 7 http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014

DIMENSÃO	MACROAÇÃO/ OBJETIVOS	AÇÕES	LINKS PARA REFERÊNCIAS
3: Clima escolar	Fomentar a melhoria do clima escolar envolvendo toda a comunidade em torno do aprimoramento contínuo do PPP, de forma colaborativa e participativa.	1. Realizar levantamento junto à comunidade escolar - estudantes, professores(as) e familiares - para sondar as questões em torno da motivação para o estudo com foco no projeto de vida e para o ensino (no caso dos/as professores/as) e outros aspectos relacionados ao quanto sentem-se seguros(as) e motivados(as) na escola. Para realizar essa consulta poderá ser utilizado o Manual de orientação para a aplicação dos questionários que avaliam o clima escolar. 2. Em parceria com a equipe escolar, analisar os dados consolidados da pesquisa e definir estratégias de diálogo em diferentes instâncias e grupos, na busca por soluções colaborativas em prol da melhoria do clima escolar, considerando ações de curto, médio e longo prazos, preferencialmente alinhadas à iniciativa de revisão do PPP de forma participativa. 3. Escolher as principais sugestões dos grupos e realizar planejamento de como efetiva-las. Por exemplo: uma ação definida de curto prazo pode ser a organização de rodas de conversa entre estudantes e equipe escolar; isso implicará em definir um cronograma com datas, definição de espaços e os(as) educadores(as) responsáveis, e será possível incluir a busca de convidados(as) para discussão de temas específicos. 4. Com as principais ações e seus(suas) responsáveis listados(as), implementar o plano e analisar sua evolução periodicamente, ajustando se necessário e/ou levantando outras ações.	Manual de orientação para a aplicação dos questionários que avaliam o clima escolar https://www.fe.unicamp.br/publicacoes/noticias/manual-de-orientacao-para-a-aplicacao-dos-questionarios-que-avaliam-o-clima Plano Nacional de Educação - principalmente estratégia 7.28 http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014

DIMENSÃO	MACROAÇÃO/ OBJETIVOS	AÇÕES	LINKS PARA REFERÊNCIAS
4: Educação não formal e parcerias	Aprimorar parcerias que proporcionam oportunidades educacionais nos territórios, principalmente nos mais vulneráveis.	1. Realizar um mapeamento das parcerias que criam oportunidades de educação por território da localidade, com a classificação sobre o tipo de atividade (cultura, esporte, reforço escolar, etc) e, se possível, quantidade aproximada de participantes. Este mapeamento pode ser realizado pelo grupo que fez a análise das oportunidades educacionais ou por um grupo de trabalho especialmente composto para esse fim. O mapeamento pode ser feito digitalmente, por exemplo utilizando o My Maps (Google). Para planejar a metodologia do mapeamento é interessante ver as publicações da Cidade Escola Aprendiz, por exemplo Diagnóstico Socio Territorial do Bairro Escola e Pesquisa Ação Comunitária. A Secretaria de Educação, junto com o grupo, pode também fazer o mapeamento das parcerias que as escolas promovem, a fim de que seja analisada a efetividade destas para a aprendizagem e que se veja oportunidades de novas parcerias. 2. Analisar o mapeamento procurando relacionar a incidência de ações/projetos que provocam oportunidades educacionais e seu atendimento às necessidades dos territórios (localidades mais vulneráveis idealmente poderiam contar com mais espaços de educação não formal). 3. Levar o mapeamento e as análises a um fórum local já existente (por exemplo Fórum de Direitos da Crianças e dos/as Adolescentes ou de Educação) ou a um espaço de discussão especialmente provocado com a finalidade de pautar a questão das oportunidades educacionais. Discutir neste grupo ampliado alternativas para expansão das ações de educação não formal, principalmente nos territórios mais vulneráveis. 4. A partir das alternativas levantadas no fórum, em parceria com as lideranças comunitárias, buscar os(as) agentes que podem apoiar a efetivação das parcerias e os recursos necessários para sua concretização. 5. Acompanhar e apoiar a concretização das parcerias a fim de que mais estudantes tenham acesso a oportunidades geradas pelos espaços de educação não formal.	My Maps https://www.google.com/intl/pt-BR/maps/about/mymaps/ Diagnostico Sócio Territorial do Bairro Escola- https://www.cidadeescolaaprendiz.org.br/diagnosticobairroescola/os-objetivos-e-o-processo-de-elaboracao-do-diagnostico-socioterritorial-do-bairro-escola/ Plano Nacional de Educação - principalmente estratégias 6.4 e 6.8, estratégia 7.30 http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014

DIMENSÃO	MACROAÇÃO/ OBJETIVOS	AÇÕES	LINKS PARA REFERÊNCIAS
5: Práticas de participação	Constituir/aprimorar os espaços de participação/formação da comunidade escolar.	1. Em parceria com a Secretaria de Educação e com gestores escolares, fazer um mapeamento sobre a existência e funcionamento dos espaços de participação das escolas da localidade: grêmio, representantes de classe, assembleias, avaliação institucional participativa, práticas de discussão do PPP com a comunidade escolar, APM, Conselho da Escola. Analisar também como estão as instâncias de participação na educação em nível municipal: CME, CAE. Para elaboração das questões verificar o material dos Indicadores de Qualidade Ensino Fundamental (Dimensão 4: Gestão Democrática) e Educação Infantil (Dimensão 7: Cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social) - Ação Educativa. 2. Analisar o resultado do mapeamento e refletir, se possível com um grupo ampliado sobre estratégias de aprimoramento dos espaços de participação, tanto em relação a ampliação de oportunidades como também a aprofundamento dos níveis de participação (ver capítulo sobre Tipos de Participação no livro Diálogo Escola-Família, Comunidade Educativa CEDAC e Santillana) . 3. Escolher as principais alternativas e realizar planejamento de como efetiva-las. Por exemplo: se o foco inicial será no fortalecimento de Conselhos Escolares, fazer um plano específico para essa ação, buscando materiais de referência (nesse exemplo os cadernos do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos) e parcerias que possam viabilizar a ação. 4. Com as principais ações e seus(suas) responsáveis listados(as), implementar o plano e analisar sua evolução periodicamente, ajustando-o se necessário e/ou levantando outras ações.	Indicadores de Qualidade - Ensino Fundamental http://www.indicadoreseducacao.org.br/indique-ensino-fundamental/ Indicadores de Qualidade - Educação Infantil http://www.indicadoreseducacao.org.br/indique-educacao-infantil/ Livro Diálogo Escola-Família http://www.comunidadeeducativa.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Dia%CC%81logo_site.pdf Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-de-fortalecimento-dos-conselhos-escolares/publicacoes Plano Nacional de Educação - principalmente Meta 19 http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014

DIMENSÃO	MACROAÇÃO/ OBJETIVOS	AÇÕES	LINKS PARA REFERÊNCIAS
6: Práticas educativas	Aperfeiçoar práticas educativas a partir da formação, buscando a garantia das condições para efetivação e revisão contínua do currículo da rede e dos Projetos Político Pedagógicos (PPPs) das escolas.	1. Em parceria com gestores(as) escolares, mapear e identificar as condições para a formação de professores(as) e funcionários(as) de apoio, contemplando: a) o que precisam aprender para favorecer planos de ensino a partir do currículo por competências e habilidades e com foco no desenvolvimento integral de estudantes; b) as condições de uso do acervo de biblioteca e/ou sala de leitura e do laboratório de informática, de modo a favorecer os planos de ensino de professores(as) e o uso por estudantes de modo autônomo e integrado às atividades; c) o acesso de estudantes a outros recursos disponíveis (materiais e espaços) na escola considerando os planos de ensino; d) as possibilidades de realização de trabalhos de campo na comunidade para assegurar atividades de estudo in loco nos planos de ensino. 2. A partir deste mapeamento, elaborar ou ajustar o plano de formação (conteúdos, estratégias e cronograma), a fim de subsidiar o trabalho das equipes na implementação de práticas educativas (veja publicações de referência: Publicação Gestão da escola: Como elaborar o plano de formação e BNCC – A Base Nacional Comum Curricular na prática da gestão escolar e pedagógica, Comunidade Educativa CEDAC e Santillana). 3. A partir deste mapeamento, organizar também um plano de ação colaborativo, entre gestão escolar e professores(as), definindo ações periódicas com foco na revisão do currículo da rede e dos PPPs para atualização das novas práticas. Definir os(as) responsáveis pela articulação desse processo com toda a comunidade. Para saber mais sobre essas etapas de revisão do PPP consultar o livro Projeto Político Pedagógico - Orientações para o gestor escolar entender, criar e revisar o PPP.	BNCC – A Base Nacional Comum Curricular na prática da gestão escolar e pedagógica, Comunidade Educativa CEDAC e Santillana https://implantacaosfb.files.wordpress.com/2018/08/bncc_gestacc83o-escolar.pdf Livro Projeto Político Pedagógico - Orientações para o gestor escolar entender, criar e revisar o PPP https://www.comunidadeeducativa.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Livro_PPP.pdf Gestão da escola: Como elaborar o plano de formação? - Ruy Canário http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/pol/gestao_escola_elaborar.pdf Plano Nacional de Educação - Meta 7 http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014

DIMENSÃO	MACROAÇÃO/ OBJETIVOS	AÇÕES	LINKS PARA REFERÊNCIAS
7: Recursos para a educação	Propor que o Conselho Municipal de Educação em parceria com outros Conselhos (Cultura, Esporte, Fundeb, Alimentação Escolar, etc) ou outros grupos voltados ao tema, analise o atual cenário da eficiência e transparência na aplicação de recursos, buscando estratégias com foco na ampliação de oportunidades educacionais.	1. Apresentar a análise sobre oportunidades educacionais ao Conselho Municipal de Educação (além de outros como Cultura, Esporte, Fundeb e Alimentação Escolar) e em especial a necessidade de melhoria da dimensão de recursos para a educação (dimensão que está relacionada à meta 20 do PNE, estratégia 20.4). Propor a formação de um Grupo de Trabalho ou definição de um grupo já existente que possa dedicar-se em relação à melhoria desta dimensão. 2. Com o grupo definido, propor análises a fim de compreender quais estudos e ações têm ocorrido no sentido de ter uma aplicação de recursos mais eficiente e transparente. Além de levantamentos com os órgãos relacionados (Secretaria de Educação, Secretaria de Finanças, etc), pode-se utilizar para esta análise um indicador já existente, que faz a relação entre as condições e resultados educacionais e a aplicação de recursos: o Índice de Efetividade da Gestão Municipal - IEGM e o Índice de Efetividade da Gestão Estadual - IEGE (veja Manual do IEGM e IEGE com referências importantes para essa conversa). 3. A partir desta análise conjunta, compreender quais são as oportunidades de melhoria e o que é necessário para que se consolidem, por exemplo: * regularidade das escolas no Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE - identificar o que precisa ser feito e quem precisa ser envolvido(a) para a resolução; * eficiência dos contratos (transporte escolar, merendas e materiais didáticos e outros) - identificar necessidades de melhoria e buscar alinhamento com parceiros(as) e/ou revisão dos contratos; * demandas para melhoria de aprendizagem que não estão sendo cobertas por falta de financiamento, como por exemplo o acesso de estudantes à internet - buscar parcerias que possam ser articuladas com este fim. * transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação - propor ou aprimorar a realização de audiências públicas - com foco na participação da Lei Orçamentária Anual (LOA) por exemplo - a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, com a colaboração entre o Ministério da Educação, as Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios e os Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios. 3. Com as principais ações e seus(suas) responsáveis listados(as), implementar o plano e analisar sua evolução periodicamente, ajustando se necessário e/ou levantando outras ações.	Manual IEGM https://www.tce.sp.gov.br/publicacoes/manual-ieg-m-2020 Manual IEGE https://www.tce.sp.gov.br/6524-iege Plano Nacional de Educação - principalmente Meta 20 - Estratégia 20.4 http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014



Saiba mais em <https://ioeb.org.br>

Parceria técnica



Parceria



humanize



